

Celso Furtado e a formação do Estado brasileiro em Formação Econômica do Brasil – FEB

RESUMO

Este artigo procura mostrar, a partir da obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, as condições nas quais se constituiu, segundo a visão do autor, o Estado brasileiro, bem como, sempre conforme sua lupa, o mesmo atuou sobre os subsequentes processos econômicos. O texto é estruturado de modo a permitir ao leitor uma visão ampla, e também sintética, da forma como Furtado empreendeu o percurso de análise acerca da formação (constituição) econômica do Brasil, pontuando os principais momentos desse processo, como os ciclos da cana de açúcar, mineração, café etc., mas sem, no entanto, deixar de indicar aquilo que seria alguns limites para uma leitura parametrada numa crítica da economia política.

Palavras-chave

Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Escravidão, Trabalho assalariado, Industrialização substitutiva de importação.

ABSTRACT

This article seeks to show, through Celso Furtado's work entitled "The Economic Growth of Brazil", the conditions in which, according to the author, the Brazilian State was created, as well as, once again from his point of view, how this State imposed itself on the nation's subsequent economic processes. The text is structured in such a way as to allow the reader to have a broad and synthetic perspective of the way in which Furtado carried out his analysis of Brazil's economic growth (constitution), highlighting defining moments in this process, such as the sugar-cane, mining and coffee cycles etc., and remembering to point out certain limitations for a reading that is based on a critique of economic policy.

Keywords

Celso Furtado, Economic Growth of Brazil, Proslavery, Salaried Work, Import Substitution Industrialization.

Introdução

O presente texto tem como objetivo trazer os principais elementos relativos à formação do Estado brasileiro na obra *Formação Econômica do Brasil*¹ — FEB, de autoria de Celso Furtado. Pretende-se estruturar a partir desse aspecto da discussão do seu trabalho, considerado clássico na historiografia brasileira, e que tem como objeto de investigação o processo histórico de formação da economia brasileira, ainda que apresentado de forma introdutória, conforme adverte o próprio autor na introdução do texto.

Destarte, considerar-se-á a formação do Estado brasileiro a partir da Independência, em 1822, que é quando de fato pode-se falar em um país legalmente autônomo, sem mais as implicações da condição de colônia. Em seguida, a passagem à República, em 1889, é outro momento de inflexão. Mas, o que há de mais importante e permanente na análise furtadiana são os distintos processos econômicos que vão constituir os diversos estágios da formação brasileira e que, para os quais, o Estado brasileiro, em cada época, irá de se dirigir de uma forma. Dizendo de outro modo, durante a fase áurea da economia exportadora — por ter contraído dívidas que significaram, na verdade, o custo (ou indenização) da independência — o governo brasileiro, para fechar suas contas, viu-se obrigado a emitir moeda-papel — fato que geraria como corolário uma pressão inflacionária.² No momento em que há uma mudança na procura externa — como, por exemplo, a queda no preço do café —, a política adotada pelo governo brasileiro será a de desvalorização, ou diminuição do poder de compra externo, da moeda nacional como forma de atenuar os efeitos da baixa de preços sobre o setor exportador. Tais medidas, que se concentrarão especialmente nas taxas de câmbio — ou política cambial —, no caso do café, terão como beneficiários privilegiados os produtores desse produto, que, aliás, conforme observa Furtado, ao longo de seu meio século de carro-chefe da economia brasileira, sempre ratearam as perdas advindas do impulso externo com o conjunto da coletividade, fato que em si já nos mostra uma tendência — ou um traço constitutivo — da formação brasileira.

1. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

2. Tanto aqui, como em todo o corpo do texto, o que esse autor irá fazer será apenas descrever os fatos segundo o raciocínio subjacente à linha de pensamento do autor em questão, o que implica dizer que não emitirá sua opinião acerca dos assuntos em questão — ou seja, de como ou não tais fatos poderiam ser encarados ou resolvidos. Quando necessário for fazer algum comentário, tal procedimento se dará via notas de rodapé.

1. A formação do Estado brasileiro

A descoberta das terras americanas fora um episódio constitutivo da expansão comercial europeia. Percebida a incontável variedade de riqueza que as novas terras poderiam proporcionar, as nações europeias passaram a questionar a titularidade de Portugal e Espanha — “donos” das terras — sobre esses novos territórios sob o argumento de que só se pode ser considerado dono aquele que efetivamente ocupa o território. É sob essa pressão, portanto, que começa a ocupação das terras brasileiras por Portugal. Para justificar a alocação de seus limitados recursos para defender as novas terras, Portugal decide iniciar a exploração agrícola das terras brasileiras para cobrir os referidos gastos. Um dos fatores que propiciou o êxito desta empresa teria sido o fato de os portugueses já terem iniciado há alguns anos antes nas ilhas do Atlântico a produção de uma das especiarias mais apreciadas pelo mercado europeu — o açúcar. Este desenvolvimento permitiu a Portugal não só ter acumulado conhecimentos técnicos relativos à produção desse produto, mas também havia forçado o país a desenvolver equipamentos que seriam utilizados nos engenhos de açúcar. A associação que fará os portugueses com os flamengos — particularmente os holandeses — para a expansão do mercado do açúcar na segunda metade do século XVI será um fator de fundamental importância para o êxito da colonização no Brasil. Além da experiência comercial — necessária para criação de qualquer mercado novo de grandes dimensões —, os holandeses, segundo os indícios apontados por Furtado, não se limitaram a financiar a refinação e a comercialização do produto, mas também participaram do financiamento das instalações produtivas no Brasil e da importação da mão de obra escrava. Como já era conhecedor do mercado africano de escravos, o problema da mão de obra — que representaria alto custo se esta fosse trazida da Europa, além de exigir pagamento de salários mais altos do que os pagos na Europa para compensar as condições de trabalho desfavoráveis e também como forma de atraí-la — iria ser solucionado pelos portugueses nesse mercado, que tornaria a ampliação do negócio possível e economicamente viável a nova colônia agrícola, graças, vale dizer, ao custo baixo dessa mão de obra.³

Os holandeses, que no início do século XVII controlavam praticamente todo o comércio marítimo dos países europeus, durante a guerra que promoveram contra a Espanha — uma das razões deste conflito estaria na luta pelo controle do açúcar —, irá ocupar por um quarto de século grande parte da região produtora de açúcar no Brasil. As consequências da ruptura desse acordo de cooperação entre esses países transcenderão o período de ocupação militar. Durante a sua fixação na colônia portuguesa da América, os batavos irão adquirir conhecimentos técnicos e organizacionais da produção

3. Só a título de registro, mais uma vez, faz-se aqui unicamente seguir a linha de raciocínio do autor que, ao que parece, procura apenas descrever como se deu a consumação do processo (não que isto seja totalmente inválido). O problema é que, como o seu ponto de vista economista — que reflete uma dada concepção de economia — vai se exacerbando cada vez mais na sequência do texto, faz-se necessária uma observação, pois, de outra forma, poderia passar despercebido um olhar visto de um ângulo mais geral, que, de certa forma, reflete o processo de constituição da formação social brasileira de modo mais autêntico, isto é, sem a constante reificação das categorias econômicas — internas a uma dada forma econômica — que é operada pelo autor. Só a título de demonstração, citaremos uma passagem em que ele fala sobre o trabalho escravo, na qual torna-se possível flagrar o trato ideal dado por Furtado à questão econômica: “Mais que em qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo” (1971, p. 136). Como se fosse possível separar na concreticidade economia (“aspectos exclusivamente econômicos”) e implicações sociais, o autor demonstra assim incorrer no plano abstrato, o que, em outras palavras, enuncia ser a sua obra um trabalho de economia política (MANTEGA, 1992, p. 11-21), mas não de crítica da economia política — no sentido marxiano.

açucareira. Tais conhecimentos serão a base, então, para a instalação no Caribe de uma indústria concorrente de grande escala. A partir desse ponto estava perdido o monopólio dos produtores portugueses, que havia vigorado durante os três quartos de séculos anteriores em acordo com os grupos financeiros holandeses que detinham o controle do comércio europeu. Entre os anos de 1650 e 1675, os preços do açúcar estariam reduzidos à metade e persistirão nesse nível durante todo o século XVIII.

Desorganizado o mercado do açúcar e perdido o comércio oriental, o pequeno reino se viu em dificuldades para proteger as colônias numa época de forte atividade imperialista. Para manter-se como metrópole colonial, portanto, Portugal aliena parte de sua soberania e sela um acordo com a Inglaterra nos anos de 1642, 1654 e 1661. Esses acordos terão repercussões para a vida política e econômica de Portugal e Brasil pelos dois séculos subsequentes. A permanência do pequeno e empobrecido reino como potência colonial na segunda metade do século XVII, bem como sua recuperação no século XVIII, da mesma forma como no período anterior dependeu o êxito da empresa açucareira da cooperação comercial-financeira dos holandeses, só pode se explicar graças às concessões feitas pelos lusitanos aos ingleses.

Os privilégios conseguidos pelos comerciantes ingleses em Portugal foram de tal ordem — incluíam extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar — que os mesmos passaram a constituir um poderoso e influente grupo com ascendência crescente sobre o governo português [...]. O espírito dos vários tratados firmados entre os dois países, nos primeiros dois decênios que se seguiram à independência, era sempre o mesmo: Portugal fazia concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas. Com respeito às Índias Orientais, por exemplo, Portugal cedeu Bombaim permanentemente e a Inglaterra prometeu utilizar sua esquadra para manter a ordem nas possessões lusitanas. (FURTADO, 1971, p. 33)

As garantias de sobrevivência não solucionavam, entretanto, os efeitos da desorganização do mercado do açúcar. As dificuldades econômicas às quais o reino se encontrava envolvido só teriam os termos do problema modificados com o desenvolvimento da produção aurífera no Brasil. Um acordo celebrado em 1703 com a Inglaterra iria, uma vez mais, garantir a conservação de uma sólida posição política num estágio que seria fundamental para a consolidação definitiva do território de sua colônia americana. Segundo Furtado, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava por uma articulação fundamental com a economia em mais rápida expansão da época — a Inglaterra. Para o Brasil, o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que traria mudanças substanciais na sua estrutura populacional, com uma

diminuição da população escrava e um incremento da população de origem europeia. À Inglaterra, o ciclo do ouro brasileiro traria um forte estímulo ao desenvolvimento do setor manufatureiro, dava uma considerável flexibilidade à sua capacidade de importação, bem como permitia uma grande concentração de reservas que seria a condição para fazer do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. Já para Portugal, o ouro significava apenas uma aparência de riqueza, tendo em vista o fato de até os negros das minas — afirma Furtado — serem vestidos pelos ingleses.

Entre os anos de 1775 e 1800 a mineração entra em decadência no Brasil. A revolução industrial que já tivera ganhado a Inglaterra, vai impor uma nova dinâmica nas relações comerciais. As necessidades de mercados cada vez mais amplos para escoar as manufaturas em rápido processo de mecanização vai fazer esse país abandonar progressivamente os princípios protecionistas. O privilégio aduaneiro de que gozava os vinhos portugueses no mercado inglês, por exemplo — diga-se de passagem, a única contrapartida obtida pelos lusitanos durante os 150 anos de vassalagem econômica —, vai ser eliminado com o declínio da mineração e ratificado num acordo entre Inglaterra e França firmado no ano de 1786.

A forma peculiar como vai se processar a independência da América portuguesa vai ter fortes consequências para o subsequente desenvolvimento brasileiro. Isso porque, ao transferir-se o governo português para o Brasil sob proteção inglesa e “operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo”, os privilégios de que gozava a Inglaterra junto a Portugal serão todos transferidos para o Brasil independente. Dessa forma, apesar de ter se separado de Portugal em 1822, o Brasil iria precisar de vários decênios mais para se livrar da tutela econômica que sobre ele mantinha via acordos a Inglaterra. Tais acordos, observa Furtado, teriam sido firmados em momentos difíceis, e constituíam pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810, por exemplo, foram firmados contra a garantia da Inglaterra em reconhecer qualquer governo imposto por Napoleão em Portugal. Com esse acordo, a Inglaterra teria em troca tarifas preferenciais de importação no mercado brasileiro, bem como privilégios que gozavam em Portugal, como o de extraterritorialidade. O reconhecimento do governo inglês da independência da América portuguesa foi feito de uma posição excepcionalmente forte. Convencido de que reestabelecer o entreposto português era um mau negócio, o que interessava aos ingleses era garantir a continuidade dos privilégios. Neste sentido, em 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, limitando sua própria soberania no âmbito econômico.

Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas para o Brasil. De acordo com Furtado, essas dificuldades reduziam o poder de ação do poder central, bem como criavam, por intermédio de

descontentamento, focos de desagregação territorial. Somente na metade do século XIX, com o aumento da importância do café na economia brasileira, o país irá ampliar suas relações econômicas com os EUA. Desde a primeira metade desse século este país se transformara no principal mercado importador do Brasil. Essa ligação — junto com a ideologia nascente de “solidariedade continental” — irá contribuir para firmar o sentido de independência ante a Inglaterra. Quando se expira o acordo em 1842, o país então estará em melhores condições para se esquivar de outro acordo, nos mesmos moldes, que será proposto pela Inglaterra. Eliminado o obstáculo do acordo de 1827, o governo brasileiro poderia então elevar a tarifa e, por conseguinte, aumentar o seu poder financeiro. Segundo informa Furtado, no decênio seguinte ao término do acordo de 1842, a receita do governo central duplicou, enquanto no período de vigência do acordo se manteve estacionária.⁴ Dessa etapa em diante, definitivamente, se consolida a autoridade do governo central. O passivo político da colônia portuguesa estava, assim, liquidado.

Durante os primeiros anos de vigência do acordo com a Inglaterra, o governo brasileiro, limitado em possibilidades de cobrir seus gastos, financia o déficit com emissão de moeda-papel, mais que duplicando o meio circulante durante os anos 1820. Por conta do alto coeficiente de importação e da impossibilidade de elevação da tarifa aduaneira, os efeitos das emissões se faziam sentir na taxa de câmbio, duplicando o valor em mil réis da libra esterlina — isto é, provocando a desvalorização externa da moeda e, por conseguinte, elevando o preço dos produtos importados, já que para a aquisição destes era necessário despendar uma maior quantidade monetária de moeda nacional. Tal situação irá incidir diretamente sobre a população urbana, como pequenos comerciantes, empregados públicos e do comércio, militares etc. A inflação — que não atingia significativamente a grande classe de senhores agrícolas, a qual, em grande medida se abastecia dentro dos seus domínios — iria empobrecer essas classes e ser o estopim para revoltas, como as que vão se verificar no Pará, no Maranhão e em Pernambuco.

2. O desenvolvimento da ação do poder central brasileiro

A respeito dessa situação inaugurada com os acordos com o governo inglês, muitos críticos a estes consideram que tal episódio impedira a industrialização do Brasil, por conta da retirada das mãos do governo do instrumento do protecionismo. Celso Furtado discorda dessa tese. Para ele, tais acordos criaram indiretamente dificuldades, ou até agravaram, mas o fato é que a economia brasileira passava nessa etapa uma fase de muitos desequilíbrios, que eram gerados pela baixa relativa dos preços das exportações e pela tentativa do

4. FURTADO, 1971, p. 38.

governo de aumentar sua participação no dispêndio nacional — uma vez que suas responsabilidades haviam se avolumado com a independência política.⁵ As maiores facilidades de transporte — devidas ao estabelecimento de inúmeras firmas inglesas no Brasil — provocaram uma baixa relativa nos preços dos produtos importados, bem como uma maior procura por esses artigos. De acordo com Furtado, dessa maneira criou-se uma forte pressão sobre a balança de pagamentos, que haveria de repercutir na taxa de câmbio. Como não havia, por exemplo, uma expansão adequada das exportações, a pressão veio a ser resolvida com a depreciação externa da moeda, o que acarretaria, por conseguinte, num forte aumento relativo dos preços dos produtos importados.

Para o autor de *Formação Econômica do Brasil*, a suposição de que na hipótese de total liberdade de ação estaria o Brasil em condições de adotar, na primeira fase do século XIX, uma política semelhante à desenvolvida nos Estados Unidos é falsa. A questão que detivera muitos pensadores brasileiros sobre por que os EUA se industrializaram no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de se transformar numa vasta extensão de terras subdesenvolvida no século XX, para Furtado, não pode ser suficientemente compreendida pelas medidas protecionistas adotadas por essa nação americana. Ao contrário disso, diz Furtado, o protecionismo surgiu como sistema geral de política econômica já quando as bases da sua economia se encontravam bem consolidadas. Observemos os dados:

Pela primeira tarifa norte-americana de 1789, os tecidos de algodão pagavam tão somente 5% *ad valorem*, e a média para todas as mercadorias era 8,5%. Vários ajustamentos permitiram que a tarifa para tecidos de algodão alcançasse 17,5%, em 1808, época em que a indústria têxtil norte-americana já se podia considerar consolidada. (FURTADO, 1971, p. 100)

A compreensão do desenvolvimento dos EUA no período posterior à independência depende do fato de se ter em conta as peculiaridades dessa colônia. Comparativamente ao Brasil, por exemplo, enquanto na ex-colônia portuguesa a classe dominante era constituída por um grupo de grandes agricultores escravistas, cuja expressão intelectual era o Visconde de Cairu, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominavam o país. A diferença da configuração interna dessas duas nações, de acordo com Furtado, pode ser vista entre as principais ideias que defendia Alexander Hamilton, representante dos ideais das classes dominantes americanas, e o Visconde de Cairu. Embora ambos fossem discípulos de Adam Smith, o primeiro vai defender a industrialização, propor e promover uma ação estatal de caráter positivo — diz o autor — com estímulos diretos às indústrias e não apenas com medidas passivas de caráter protecionista, enquanto o segundo vai crer supersticiosamente na mão invisível sob o lema:

*deixai fazer, deixai passar, deixai vender.*⁶ A política financeira do Estado concebida por Hamilton e a ação primeiro do governo central e depois dos governos estaduais na construção de uma infraestrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas teriam sido aspectos diferenciais da condução do desenvolvimento econômico nos EUA — na visão de Furtado. Ainda segundo este autor, a ação do Estado no sentido daquela ideologia de não intromissão nos assuntos econômicos só iria ganhar corpo na segunda metade do século XIX, quando cresce amplamente a influência dos grandes negócios, apesar de na primeira metade desse século, vale dizer, a ação estatal ter sido fundamental para o desenvolvimento do país.⁷ As transformações pelas quais passará a economia americana na primeira metade do século XIX, contudo, seriam incompreensíveis se não se tem em conta a produção do algodão — a principal matéria-prima a ser utilizada pela nascente indústria têxtil inglesa em substituição a lã. Segundo os dados apresentados por Furtado, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas entre os anos de 1780 e 1850 saltará de 2 mil toneladas para 250 mil toneladas. O algodão — cuja produção podia se expandir mais facilmente do que a lã — será, então, o principal fator dinâmico do desenvolvimento da economia americana na primeira metade do século XIX.

Celso Furtado considera que a condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira entre os anos de 1800 e 1850 teria sido a expansão das exportações. Estimular a industrialização sem ter em conta o apoio de uma capacidade para importar em expansão tornava-se inviável pelo fato de o Brasil ser um país carente de base técnica. A tentativa de instalação de uma indústria siderúrgica promovida por Dom João VI não dera certo por falta de um mercado para esse setor, e não exatamente por falta de proteção. O consumo existente no país estava em declínio com a decadência da mineração. Segundo o autor, a industrialização teria que começar por aqueles produtos que já tinham um mercado de certa magnitude, como era o caso do setor têxtil — manufatura que se estendia até para a população escrava. Mas a forte baixa de preços provocada pelos tecidos ingleses dificultava a subsistência dessa empresa. A baixa de preços teria sido tão brusca que se tornava sem efeito tentar pela tarifação obter um mecanismo de defesa para a indústria local. Teria sido necessário criar cotas de importação. No entanto, diz o autor:

Cabe reconhecer, entretanto, que dificultar a entrada no país de um produto cujo preço apresentava tão grande declínio seria reduzir substancialmente a renda real da população numa etapa em que esta atravessava dificuldades [...] [Demais] é necessário não esquecer que a instalação de uma indústria têxtil moderna encontraria sérias dificuldades, pois os ingleses impediam por todos os meios a seu alcance a exportação de máquinas. (FURTADO, 1971, p. 106-107)

6. FURTADO, 1971, p. 101.

7. *Ibidem*, p. 105.

8. Na colocação do problema da industrialização brasileira nessa passagem por Furtado parece-nos necessário uma observação. Entender a questão da industrialização no Brasil sem ter necessariamente em conta a sua inserção subalternizada — expressa explicitamente na condição de colônia até 1822 — parece-nos uma tentativa dotada de certos limites. Os próprios dados levantados por Furtado sobre a inviabilidade de se concorrer com a indústria que havia reduzido o tempo de produção do tecido — o que implicava uma diminuição do preço dessa mercadoria —, bem como as dificuldades que seriam impostas aos eventuais anseios para aquisição

A mecanização da indústria têxtil norte-americana, que desde os tempos de colônia tinha da parte da metrópole uma preocupação em evitar que a produção manufatureira daquele país concorresse com a inglesa, vai se dar com a fabricação de máquinas no próprio país. Tal produção fora possível graças à cooperação de operários ingleses que emigravam para os EUA dispostos a encarar os riscos da vigilância das autoridades britânicas, porém serem recompensados com a possibilidade de angariar belos frutos de um mercado promissor, como era o de tecidos.⁸

Para Furtado, a causa principal para o estancamento do desenvolvimento brasileiro na primeira metade do século XIX fora o declínio das exportações.

Entre 1821-30 e 1841-50, o valor em libras das exportações de açúcar cresceu em 24 por cento, vale dizer, com uma taxa média anual de 1,1 por cento; o das exportações de algodão se reduziu à metade; e o das de couros e peles se reduziu em 12 por cento, e o das de fumo permaneceu estacionário. Desses produtos, o único cujos preços se mantiveram estáveis foi o fumo. Os exportadores de açúcar, para receber 24 por cento mais em valor, mais que dobraram a quantidade exportada; os de algodão receberam a metade do valor, exportando apenas 10 por cento menos, e os de couros e peles mais que dobraram a quantidade para receber um valor em 12 por cento inferior. (*Ibidem*, p. 107-8)

Estava claro que a queda de preços havia recaído sobre a produtividade da economia do país. Para superar a estagnação, o Brasil precisava reintegrar-se às linhas em expansão do comércio internacional. Sem técnica própria e sem uma formação de capitais que pudesse ser desviada para novas atividades, a única saída que se apresentava no século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional. A situação econômica brasileira era desfavorável a um influxo de capitais forâneos. Os poucos empréstimos externos contraídos na primeira metade do século foram mobilizados para atividades improdutivas e geraram como consequência uma piora na já precária situação fiscal. A estagnação das exportações combinara com as amarras dos acordos que impediam o governo central de elevar o imposto sobre as importações e, nesse cenário adverso, o serviço da dívida externa criaria sérias dificuldades fiscais que, por sua vez, contribuíram para diminuir o crédito público. Com a impossibilidade de apresentar projetos atrativos no mercado de capitais para angariar recursos por conta da estagnação econômica — pelo mesmo motivo, o governo brasileiro dispunha de mais desconfiança do que poder de barganha para tentar conseguir crédito (junte-se a isso o cerceamento sobre a capacidade de arrecadação) —, restava à economia brasileira, para contar com o auxílio do capital estrangeiro, retomar o crescimento com seus próprios meios.

de máquinas, demonstram a rigidez do aspecto concorrencial. Por outro lado, a condição de subalternidade se expressava na própria extração de riquezas da colônia, como no caso da mineração brasileira que iria permitir aos bancos ingleses incrementarem suas reservas e se transformarem no principal centro de crédito da Europa, assim como nas próprias práticas de obtenção lesiva de vantagens via tarifas preferenciais, como nos mostram os acordos de 1810 e 1827. Toda essa situação por meio da qual as potências vão se tornando potências econômicas — a expensas da pilhagem colonizadora — vai constituir, dentre outros fatores, o quadro a partir do qual o capital dá o seu ponto de partida ou constitui a sua riqueza original (destacam-se os meios por meio dos quais esta riqueza é obtida, diga-se de passagem) — também chamado por Marx de acumulação originária ou primitiva. “A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação capitalista” (MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. vol. 1. tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 285). Entretanto, tal afirmação não impugna a tentativa de entender as especificidades de cada processo, como, por exemplo, o da antiga colônia norte-americana que conseguiu despontar como potência capitalista, conforme afirma o próprio Furtado.

As possibilidades de recuperação do dinamismo dos tradicionais artigos de exportação eram remotas. A tendência declinante dos preços desses produtos parecia não ter volta. O mercado do açúcar tornara-se menos promissor com — por exemplo — a concorrência de Cuba, que se tornara o principal supridor do mercado norte-americano. O segundo produto das exportações brasileiras no começo do século XIX, o algodão, encontrava-se numa situação pior do que a do açúcar. A produção norte-americana, desfrutando de fretes relativamente baixos e dispondo de grande oferta de terras de primeira qualidade etc., dominava o mercado, justamente quando esse artigo tornava-se a principal matéria-prima do comércio mundial. O fumo, que perdera o mercado africano com a eliminação do tráfico de escravos, o arroz, sobre o qual pesava a produção norte-americana que passava por transformações nos métodos de cultivo, os couros e o cacau, em todos eles, os respectivos mercados não admitiam possibilidades de expansão. O desafio era — na opinião de Furtado — encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra, que era o único fator de produção abundante no país.

Por volta de 1850, surge um produto relativamente novo, embora introduzido no Brasil desde o início do século XVIII, e cujas características convergem com as condições ecológicas (*sic*) do país. Beneficiado pela desorganização do grande produtor, que era a colônia francesa do Haiti, o café assume importância comercial no final do século XIX junto com a alta de preços decorrente da situação haitiana. Conforme observa Furtado, todo o aumento que vai se verificar no valor das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX vai ser devido estritamente ao café.

Furtado afirma que qualquer empreendimento que viesse a ser pensado no Brasil pela metade do século XIX haveria de se chocar com a inelasticidade da oferta de trabalho. De acordo com o censo realizado em 1872, no Brasil havia aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Como no começo do século a quantidade de escravos era um pouco mais de um milhão e como ao longo da primeira metade houve uma importação de mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade. Comparando a evolução do estoque de escravos com outro país escravista, os EUA, percebe-se que enquanto o Brasil — ao iniciar a Guerra de Secessão — possuía 1,5 milhão de escravos, a população escrava norte-americana, que havia começado o século com a mesma quantidade de escravos que possuía o Brasil, havia saltado para 4 milhões — e tendo o Brasil, inclusive, importado cerca de três vezes mais escravos do que os EUA no correr do século. A explicação para tal fato, isto é, dessa elevada taxa de crescimento vegetativo da população escrava norte-americana, deve-se, provavelmente, às condições relativamente favoráveis de trabalho e de alimentação nos estados do chamado *Old South*. No caso brasileiro, a alta taxa de mortalidade indica o inverso, isto é, que as condições de

vida da população escrava deveriam ser extremamente precárias. A redução do abastecimento de africanos e a elevação do preço destes devem ter provavelmente provocado uma intensificação na utilização dessa mão de obra, o que, por consequência, forçava um desgaste ainda maior dessa população.

Havia uma opinião corrente no Brasil de que a mão de obra “livre” não servia à grande lavoura, dado à dificuldade de adaptação da massa de população que havia se acumulado nas zonas urbanas — e que dificilmente encontrava uma ocupação permanente — à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas, e, em menor grau, daqueles que vinham da agricultura do sistema de subsistência. Com a melhora no preço do café nos anos 1860, a expansão da cultura se tornava mais atrativa. O governo imperial havia criado colônias em diferentes partes do Brasil. O problema é que elas careciam de fundamento econômico e, além de se pagar o transporte e os custos de instalação, promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, o que fazia essa colonização ser amplamente subsidiada (imperava a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente o de descendência de “raça” distinta daquela que havia colonizado o país). Após os vultosos gastos, a colônia era abandonada a própria sorte, o que fazia com que ela tendesse a definhir, como mostra o caso da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Como a vida econômica nessas colônias era extremamente precária, a consequência disso foi que em 1859 se proibiu a emigração alemã para o Brasil. Após uma malfadada tentativa de solucionar o problema da mão de obra em 1852 — posta em prática pelo plantador de café, o senador Vergueiro, não deixava de ser uma tentativa de superar a política do governo imperial —, introduziu-se nos anos 1860 um sistema misto, que garantia para o colono uma parte principal de sua renda. O sistema do senador Vergueiro, inspirado no da emigração inglesa para os EUA na época colonial, era o de o imigrante vender o seu trabalho futuro. O governo cobria a parte principal do financiamento, que era o pagamento da passagem dele e da família. O colono firmava um contrato com o dono da fazenda por meio do qual se comprometia a não abandonar o trabalho antes de pagar a sua dívida. Esse sistema degeneraria em um sistema de servidão temporária, que nem sequer limite de tempo fixado tinha, como ocorria nas colônias inglesas. Ao final das contas, seria o próprio imigrante que arcaria com os custos da imigração. Novamente, a repercussão na Europa se fez, com falácias de que os colonos emigrados para as fazendas de café brasileiras trabalhavam sob um regime de escravidão disfarçado. Com o sistema misto, o colono cuidava de certo número de pés de café, recebendo por essa tarefa um salário monetário anual, e este era completado por outro variável, pago no momento da colheita e em função do volume desta.

Em 1870, o governo imperial passou a se encarregar dos gastos da viagem dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Ao fazendeiro, caberia

9. “Se bem que as possibilidades de incremento não fossem muito grandes, as exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6.000 toneladas nos anos setenta, para 11.000 nos oitenta, 21.000 nos noventa e 35.000 no primeiro decênio deste século [século XX]” (FURTADO, 1971, p. 131).

10. Essa afirmativa de Celso Furtado parece-nos indicar certa contradição com o seu raciocínio global: se o principal problema do país era a oferta de mão de obra, como pode ele admitir que havia dentro do Brasil um reservatório de mão de obra, mesmo no final do século XIX, como o excedente de população nordestina? Ao afirmar que uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país para o problema do café, ou o autor está admitindo um incremento populacional provocado por uma alta taxa de crescimento vegetativo, o que requeria condições econômicas favoráveis para isso (de fato, ele afirma haver tido uma expansão vegetativa nesse sentido, mas nada que se tenha iniciado depois da verificação do problema pela economia cafeeira); ou ele está implicitamente admitindo desde então a existência dentro do país de excedente de mão de obra, que precisaria só ser deslocado. Quando ele diz que a imigração europeia liberou o excedente da população nordestina para a produção de borracha, pode-se admitir que esta população nordestina já se encontrava desocupada (até porque ele não dá sinais de que tenha ocorrido essa desocupação nesse ínterim), podendo então ser deslocada e vir a suprir com mão de obra a lavoura de café. Com isso, não teria como haver, segundo esse raciocínio, um problema de falta de braços para a produção cafeeira, já que havia dentro do país mão de obra sem ocupação. Essa linha de raciocínio se confirmaria nas palavras do próprio autor,

cobrir os custos durante o primeiro ano de atividade do imigrante, além de por à disposição terras em que eles pudessem cultivar os gêneros de primeira necessidade para ele e sua família. Com os custos de transporte e instalação garantidos, pôde então haver uma volumosa corrente imigratória de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas. Os problemas que ocorriam na região sul da Itália — à época da unificação do país —, advindos da difícil concorrência que tinha de enfrentar com a região norte, como a desorganização das indústrias manufatureiras, criavam uma situação de depressão permanente e, para o problema da pressão sobre a terra e do excedente de população agrícola, a solução migratória se apresentava como importante válvula de alívio. Estavam lançadas, na opinião de Furtado, as bases para a formação da corrente imigratória que tornaria possível alavancar a produção do café no estado de São Paulo. De acordo com o autor:

O número de imigrantes europeus que entram nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália. (*Ibidem*, p. 128)

Entre os anos de 1890 e 1930, a produção de veículos terrestres a motor de combustão interna torna-se o fator dinâmico das economias industrializadas. O aumento da procura da borracha no mercado mundial iria aumentar o volume das exportações desse produto que no início era extraído totalmente na região amazônica.⁹ Os preços também mantiveram uma marcha ascensional, o que indicava que a oferta do produto era inadequada. A expansão da produção, contudo, se defrontava com o mesmo problema que enfrentava a expansão do café: o suprimento de mão de obra. Os incrementos das exportações da borracha brasileira que vão se verificar entre os anos 1870 e 1900 deveram-se, portanto, exclusivamente ao influxo de mão de obra, já que os métodos de produção permaneceram os mesmos. Apesar de precários, Furtado apresenta dados que mostram um crescimento significativo da população dos estados do Pará e Amazonas, admitindo um crescimento anual vegetativo de 1% — as condições de salubridade eram reconhecidamente precárias. O influxo externo — de acordo com a análise do autor — chegara a 260 mil pessoas. Essa transumância indicava que o país possuía, no final do século XIX, um relativo reservatório de mão de obra. Furtado argumenta que, ainda que não houvesse ocorrido o fluxo migratório advindo da Europa, o país provavelmente teria resolvido a questão do suprimento de mão de obra para a lavoura cafeeira dado exatamente a esses excedentes.¹⁰ O problema da oferta da borracha só será equilibrado com a entrada no mercado da produção oriental depois da Primeira Guerra. Nos anos 1940, o produto natural é progressivamente substituído pelo sintético.

A deterioração da produção açucareira a partir dos anos 1650 determinara a transformação do outro sistema econômico, o pecuário, em sistema de subsistência. De acordo com Furtado, neste tipo de economia a taxa de crescimento vegetativo tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende da disponibilidade de terras. As colônias europeias instaladas no sul do país, por exemplo, encontravam-se em situação favorável em relação à disponibilidade de terras. A qualidade e a abundância destas proporcionavam-lhes um suprimento mais que adequado de alimentos, mesmo com um baixo nível técnico agrícola. Destarte, essas colônias apresentavam um alto crescimento demográfico vegetativo. Na região nordestina, uma expansão populacional desse tipo se realizava desde os anos 1600. De acordo com Furtado, na segunda metade do século XIX, os sintomas de pressão demográfica sobre a terra se tornaram evidentes em algumas regiões. Nos primeiros decênios do século XIX, o desenvolvimento da cultura algodoeira havia possibilitado uma diversificação da atividade econômica que, por sua vez, contribuíra para um crescimento da população. Esse setor se beneficiaria mais ainda nos anos 1860 com a escalada do preço do algodão em decorrência da guerra civil nos EUA. Na visão de Furtado, tais ondas de prosperidade, contudo, iam contribuindo para criar um desequilíbrio estrutural na economia de subsistência, o qual iria assumir extrema gravidade durante o período de seca registrado entre os anos de 1877-1880 que dizimara todo o rebanho e cerca de 100 a 200 mil pessoas. As condições de miséria fizeram com que, num primeiro momento, os grupos dominantes da região não se opusessem aos estímulos à emigração dessa população para outras partes do país, em especial a região amazônica. Essa saída de mão de obra da região representava para tais grupos — que, contudo, não demorariam a reagir — a perda de sua principal fonte de riqueza.¹¹

A eliminação do trabalho escravo, no entanto, aos contemporâneos da época, constituía o problema fundamental do país. A inquietação que causara nas classes dominantes a ameaça cada vez mais próxima da abolição da escravatura era atestada por cálculos alarmistas que diziam fazer desaparecer centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada por intermédio de um golpe legal. Outros argumentos diziam que a abolição do trabalho escravo, pelo contrário, “liberaria” os vultosos capitais imobilizados em força de trabalho ou na comercialização de escravos empregados pelo empresário.¹² Para Furtado, no entanto, a abolição da escravatura — à semelhança de uma “reforma agrária”¹³ — não significaria, por si mesma, nem destruição, nem criação de riqueza. Constitui, diz ele, uma redistribuição da propriedade dentro da coletividade.¹⁴ De acordo com o seu pensamento, o aspecto principal desse problema reside no fato de saber quais impactos essa redistribuição de propriedade teriam na organização da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição da renda e na utilização final dessa renda.¹⁵ Seguindo a sua linha de raciocínio,

portanto, quando este indica que fora a própria imigração europeia que transformara a população nordestina em excedente, o que a deixava disponível para a expansão da economia da borracha. Afora isso, resta saber se esse aumento da oferta de mão de obra tinha unicamente como objetivo exercer a função de pressão sobre os salários dos ocupados, já que o autor considera ser essa oferta — durante a segunda metade do século XIX — o problema central da economia brasileira.

11. Vale salientar que ao falar sobre os sintomas de pressão demográfica sobre a terra, em razão do crescimento vegetativo possibilitado pela etapa de prosperidade, Furtado não menciona a questão da posse da terra, embora, linhas antes, tenha dito ser a disponibilidade de terras crucial para se entender a evolução dos núcleos de economia de subsistência existentes nas distintas partes do país. Numa economia de subsistência — diz ele —, a disponibilidade de alimentos, condição para o crescimento da população, é determinada pela disponibilidade de terras. Não obstante tenha havido intempéries climáticas que certamente incidiram na utilidade das mesmas, a questão do acesso a terra — talvez exprimida tacitamente sob a terminologia da disponibilidade de terras — precisaria ser tratada, haja vista as bases sobre as quais se ergueram as unidades produtoras de açúcar no Nordeste brasileiro. Não procedendo dessa maneira, a apresentação do problema sob a forma pura e simples de “pressão demográfica sobre a terra” mostra-se, assim, insuficiente de determinações, ou, o que seria o mesmo, com as determinações (do problema da terra) postas — e exploradas — incompletamente.

12. Embora a escravidão brasileira seja um fenômeno ligado ao capitalismo nascente (LUKÁCS, 1981; MARX, *ibidem*), o que difere

um escravo de um trabalhador assalariado — para Marx — é que enquanto no primeiro suas necessidades materiais são satisfeitas por aquilo que lhe dá *diretamente* para subsistir e reproduzir a sua força de trabalho o seu dono, o assalariado moderno satisfaz as mesmas necessidades — também para reproduzir a sua força de trabalho — pela mediação do salário (o que difere um do outro é a forma como cada um participa dos produtos). Como, na era moderna, o trabalhador vai tornar-se proprietário de sua força de trabalho, e como esta vai ser a sua única posse já que os meios de produção foram usurpados pela burguesia, a única forma dele subsistir vai ser vendendo a sua força física de trabalho — o que, portanto, o faz uma mercadoria, já que o valor de seu uso vai ser expresso num produto final, e, como vai se tratar de uma relação de troca, ele receberá do seu comprador (que se serviu do uso dela ao ter ao seu término as mercadorias que tinha em mente antes de contratá-lo) um salário (valor de troca) pela sua venda. O problema é que, assim como o escravo se autorreproduz com o seu trabalho e tem apropriada pela violência aberta a parte excedente de sua atividade laborativa, o trabalhador assalariado (também) produz a sua subsistência — que é realizada agora por intermédio do salário — e também fornece enorme quantidade de trabalho não paga ao patrão capitalista por intermédio de horas de trabalho excedentes ao necessário para reproduzir-se — a chamada *mais-valia*. Esse seria o ponto em comum entre o escravo — na antiguidade clássica, em especial — e o trabalhador assalariado moderno: ambos fornecem trabalho excedente às classes dominantes, que vai ser o fundamento do lucro das mesmas, e que as faz parasitar, portanto, sobre a riqueza material que é produzida pelos respectivos trabalhadores braçais.

Furtado vai afirmar então que o fim da escravidão na região açucareira teria desdobramentos distintos do da economia cafeeira. Isto porque, na visão dele, como as terras agrícolas de utilização mais fácil no Nordeste estavam todas ocupadas, os ex-escravos, dado à existência já de uma forte pressão demográfica sobre as terras semiáridas do agreste e da caatinga e de um excedente populacional (leia-se: desempregados) nas regiões urbanas, tiveram limitadas a sua mobilidade — no sentido das opções. Não tendo, então, muitas alternativas, tiveram os escravos recém-liberados na região açucareira que permanecer mediante um salário relativamente baixo.¹⁶ No decênio anterior à abolição, o Parlamento brasileiro havia autorizado o governo imperial a oferecer garantias de juros ao capital estrangeiro a fim de atrair este para investir na indústria açucareira, o que iria de fato acontecer e resultar em transformações técnicas, como a instalação de 50 usinas de açúcar com equipamentos modernos, que seriam financiadas em grande medida pelo capital inglês. O tratado firmado entre Cuba e os EUA, depois da independência da ilha, contudo, iria provocar mudanças no mercado mundial do açúcar, pois, após inversões maciças de capitais norte-americanos, a produção desse artigo iria experimentar um surto excepcional na ilha no primeiro quartel do século XX.

Já sobre a região cafeeira, as consequências da abolição haviam sido distintas. Segundo Furtado, nas antigas províncias que hoje constituem os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e em menor proporção São Paulo, havia se formado uma significativa agricultura cafeeira à base de trabalho escravo. Nessa região, ao contrário da açucareira, a abolição da escravidão teria provocado uma efetiva redistribuição de renda. A relativa abundância de terras existentes nessa área tornava possível ao ex-escravo refugiar-se na agricultura de subsistência. Essa melhora na renda havia sido possível também graças à situação favorável do ponto de vista das oportunidades de trabalho que existia nessa região cafeeira. Na verdade, as terras dessa região haviam sofrido forte desgaste e outro ciclo expansivo do café já havia sido iniciado no planalto paulista, para onde acorriam imigrantes europeus. O argumento furtadiano, então, seria o seguinte: ora, se na antiga região cafeeira as condições estavam desfavoráveis, e nas novas regiões os escravos recém-liberados poderiam ganhar melhores salários, por que então eles, após a abolição, não migraram para tais regiões onde a prosperidade parecia florescer com vigor? Por poderem desfrutar de condições relativamente mais favoráveis àquelas de que dispunham quando escravos, estes trabalhadores teriam pouco se dispersado. E é amparado nesse raciocínio que Furtado vai concluir que houvera então uma melhora na remuneração real do trabalho nessa região.¹⁷

A economia cafeeira baseada no trabalho assalariado era constituída por uma multiplicidade de unidades produtoras ligadas intimamente às correntes do comércio exterior. Quando havia um aumento do impulso externo, que,

via de regra, se apresentava inicialmente sob a forma de elevação nos preços dos produtos exportados, os empresários reinvertiam esses lucros na expansão das plantações. Como era elástica a oferta de mão de obra e a abundância de terras, o setor cafeeiro pôde manter sua expansão com um salário real praticamente estável, assim como sem maiores obstáculos da parte da renda da terra. A existência de uma mão de obra relativamente amorfa (leia-se: desempregados) exercia uma pressão permanente sobre o nível médio dos salários. Como não havia ocorrido, portanto, uma transferência de parte do aumento de produtividade ganho na etapa de elevação de preços, toda a pressão advinda na baixa cíclica se concentrava sobre a massa de lucros. No entanto, irá argumentar Furtado que os empresários transferirão essa pressão para o conjunto da coletividade. A economia brasileira, pelo fato de depender muito mais das exportações, estava sujeita a agudas oscilações. De acordo com Furtado, o mecanismo seria o seguinte: quando estoura uma crise num centro industrial, a tendência dos preços dos produtos primários é cair bruscamente, fato que reduz a entrada de divisas no país. Essa queda se explica pela contração das inversões ao simples anúncio de uma crise no país industrializado, que se expressa, dentre outros, com a suspensão dos pedidos das mercadorias importadas (basicamente produtos primários) fornecidas pela economia dependente. Com a derrubada dos preços dos artigos exportados, esta última ingressa na crise, que vai se manifestar numa piora na relação de preços do intercâmbio, uma vez que a queda dos preços dos produtos importados manufaturados se faz mais lentamente e com menor intensidade do que os produtos exportados. Destituído de reservas metálicas para equilibrar a situação, o país se encontrava incapacitado, portanto, de cobrir o déficit da sua balança de pagamentos, o que o tornava impossibilitado de se adaptar às regras do padrão-ouro. A acumulação desse déficit na conta corrente da balança de pagamentos se dava porque a procura de importações não baixava imediatamente após a queda dos preços dos produtos exportados, pois os efeitos indiretos da expansão anterior das vendas externas e a forma específica como as importações brasileiras eram financiadas (Inglaterra) atuavam na manutenção dessa procura. A correção desse desequilíbrio, então, adviria da taxa cambial. Ao desvalorizar o poder de compra externo da moeda, diminuía-se os efeitos da queda dos preços dos produtos exportados sobre as classes de altas rendas, pois, dessa forma, tais classes, embora vendessem os produtos a um preço mais baixo, ao receberem o montante em moeda nacional, teriam descontada parte das suas perdas pelo mecanismo indireto da desvalorização — isto é, como esse mecanismo pressupõe reunir uma quantidade de dinheiro maior para adquirir-se a moeda-padrão nas transações internacionais, os frutos das vendas a preços mais módicos, ao realizar-se a conversão de volta em moeda nacional, estariam suavizados nas perdas, pois a moeda nacional em relação ao padrão

Já a diferença é que enquanto um vai ser propriedade de um dono (o escravo), que vai lhe manter como seu objeto por intermédio da força, o outro vai ser detentor de sua força física de trabalho, que, ao encontrar como única forma de reproduzir-se vendendo-a a um capitalista, vai se transformar em mercadoria, colocando-se agora à venda para os compradores capitalistas na vitrine de barbaridades naturalizada pela era moderna que atende pelo nome de “mercado de trabalho”. Numa palavra, como escravo, o trabalhador é uma mercadoria; como assalariado, ele se torna proprietário de uma mercadoria — que é, exatamente, a sua força de trabalho — cf. MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, vol. 1, tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983, cap. IV-VII; id. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 37-64.

13. Vê-se, aqui, em outro contexto, ainda que para comparar, o problema da distribuição da terra sendo colocado de outra forma — ao admitir-se a “reforma agrária” — e sob outro prisma, ainda que indiretamente. “A semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores” (FURTADO, 1971, p. 137).

14. Ainda que haja controvérsias quanto a essa redistribuição de propriedade — tendo em vista o fato de os meios de produção continuarem concentrados nas mãos de uma classe social dirigente —, a mudança na forma de trabalho de escrava para assalariada, contudo, não elimina a exploração do homem pelo homem — ver nota 15. Guido Mantega (1992) vai afirmar que Furtado não se vale do entendimento de exploração de Marx. Isso porque — diz ele — como Furtado via a pressão dos

trabalhadores como momento de importância para os capitalistas se sentirem pressionados a aperfeiçoar seus métodos de trabalho, de tal situação resultaria um aumento de produtividade e, ao mesmo tempo, uma majoração de salários. O problema — como acertadamente diz Mantega — é que aumento de produtividade seguido de aumento de salário não significa *per se* eliminação de exploração; ao contrário, o trabalhador pode obter um incremento salarial, porém, o aumento da sua produtividade pode trazer consigo um aumento no grau de exploração — via um incremento na quantidade de trabalho não-paga que fica com o capitalista, a mais-valia. Nas palavras de Mantega (1992): “E, assim, define-se um processo social onde o conflito de classes desemboca na realização dos interesses comuns. O capitalista está interessado em manter seus lucros elevados, o que, num primeiro momento, se choca com os interesses dos trabalhadores. Porém, essa diferença de interesses, quando confrontada com a reação dos trabalhadores, conduz justamente ao crescimento da produtividade, que permite a elevação dos lucros e a elevação ou manutenção dos salários, ou seja, ao Estado de Bem-Estar Social [...] Sob esse prisma, a luta de classes transforma-se em colaboração de classes ou na Dialética do Desenvolvimento, conforme assinala um dos livros de Furtado” (p. 93).

15. Apesar de assinalar o problema da mudança de propriedade da força de trabalho, que passaria do senhor de escravos para o indivíduo que é seu portador, as implicações da condição de mercadoria — que irá advir sobre o trabalhador assalariado — resultantes da continuidade da propriedade privada dos meios de produção novamente são desconsideadas. Com isso, não obstante considere que o efeito do término da escravidão provoque mudanças

estava desvalorizada. Foi dessa forma, portanto, que, ao repercutir os efeitos dessa política cambial sobre o setor importador, cuja consequência é contrária — isto é, necessita-se de mais moeda nacional para importar produtos, fato este que encarece, do ponto de vista do importador nacional, as importações — ao que se vê no setor exportador, as classes dominantes repartiram as perdas ocasionadas pela baixa de preços com o conjunto da coletividade, uma vez que o aumento dos preços dos artigos importados gerava, por conseguinte, uma perda no poder real da renda dos assalariados.¹⁸

Além de gerar um efeito regressivo na distribuição da renda por conta do modo como estavam organizadas as finanças públicas — o tributo às importações era cobrado a uma taxa de câmbio fixa (mesmo com o aumento do valor em moeda nacional da mercadoria importada, o imposto sobre ela era cobrado a uma taxa *ad valorem* fixa; prova disso, como assinala o autor, é que as receitas do governo permaneceram estáveis); com efeito, a redução real do imposto era maior para os produtos que pagavam maior imposto, cujos beneficiários eram as classes de altas rendas, e as emissões feitas pelo governo para conter o déficit aumentavam a pressão inflacionária sobre as classes urbanas —, o governo central, com a depreciação cambial, tinha que despende uma maior parcela em moeda nacional de suas receitas para o serviço da dívida. Como consequência, para manter serviços públicos mais indispensáveis, via-se obrigado, diz Furtado, a emitir moeda-papel. Por outro lado, para “defender o câmbio”, o governo contraía sucessivos e onerosos empréstimos externos, cujas consequências eram o aumento da importância relativa do serviço da dívida na despesa pública, deixando o governo cada vez mais em dificuldades para financiar seus gastos com receitas correntes nas etapas de depressão.

Dessa forma, estabelecia-se uma íntima conexão entre os empréstimos externos, os déficits orçamentários, as emissões de papel-moeda — em boa parte efetuadas para financiar os déficits — e os desequilíbrios da conta corrente da balança de pagamentos, através das flutuações da taxa de câmbio. (FURTADO, 1971, p. 169-170)

A proclamação da República em 1889 viria a se transformar num movimento de autonomia regional — o que refletia os já distintos interesses entre as diferentes partes do país. O aumento da necessidade de ação administrativa no campo dos serviços públicos — como educação e saúde, formação profissional, organização bancária — no Sul do Brasil (sob a influência já do trabalho assalariado nas plantações de café) pouco sensibilizava as autoridades do governo imperial, cujos laços estreitos com os velhos interesses escravistas eram firmes. A reforma monetária de 1888, que o governo imperial não implementou, fora posta em prática mais tarde pelo governo provisório, concedendo poder de emissão a bancos regionais, provocando, por conseguinte,

subitamente, uma expansão de crédito país afora. Essa expansão dera lugar a uma inédita febril expansão da atividade econômica pelo país.¹⁹

No começo do século XX, a economia cafeeira vai enfrentar uma crise, resultado do desequilíbrio entre oferta e procura. O alto preço desse artigo no mercado mundial fomentava nos produtores a contínua inversão dos capitais formados nessa atividade, o que fazia com que houvesse uma grande expansão dessa cultura — a elasticidade de mão de obra e a abundância de terras (os fatores de produção) eram as bases para a expansão da oferta do café. A princípio, os efeitos da queda do preço — ainda em 1893 — puderam ser absorvidos com a diminuição do poder aquisitivo externo da moeda — a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores tornava impraticável a insistência nessa política. É exatamente nesse período que vai se configurar o problema da superprodução. A ideia, portanto, de retirar do mercado parte dos estoques que pesavam sobre o preço do produto vai amadurecer no espírito dos dirigentes dos estados cafeicultores e, em 1906, vai ser celebrada as bases do que vai se chamar política de “valorização” do café (o poder político e financeiro dos estados fora acrescido com a descentralização republicana). O governo, com o intuito de reestabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, resolvia intervir no mercado para comprar os excedentes. Tais compras seriam financiadas com empréstimos estrangeiros. O serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre a saca de café a ser exportada e, com o intuito de solucionar o problema em longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. Com a crise de 1929, tornava-se impossível obter crédito externo no mercado internacional de capitais para financiar a retenção de novos estoques. Ora, como se fazia necessário evitar que os estoques invendáveis pressionassem os mercados e, ao mesmo tempo, havia a rejeição ao abandono puro e simples da colheita por isso significar concentração das perdas sobre o setor cafeeiro, a questão da retenção dos estoques teve de encontrar uma solução interna — expansão de crédito etc. Contudo, como era óbvio que esse excedente de produção não tinha possibilidade alguma de ser vendido num prazo razoável, a destruição dos excedentes se impunha como — nas palavras de Furtado — “consequência lógica” da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender.²⁰ Tal política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira mantinha o nível de emprego na economia cafeeira e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao manter-se essa renda monetária a um nível relativamente elevado, mantinha-se a demanda por produtos, que, em geral, era realizada pelas mercadorias importadas. Como o preço destas experimentava uma alta em decorrência da desvalorização da moeda, a procura por produtos no país acabou por fomentar as atividades ligadas ao mercado

na organização da produção, por desconsiderar os efeitos da posse dos meios de produção — ou dos fatores, como ele diz —, a assertiva segundo a qual a abolição não se limitaria a uma transformação formal de escravos em assalariados, em sua significação máxima, novamente carece de suas plenas determinações.

16. Uma vez mais, é escandalosa a forma como a terra açambarcada é posta como “fato consumado”, irreversível etc. — não restando outra opção aos que dela são “órfãos”. Por outro lado, não menos escandaloso é — também em função do monopólio da terra e dos meios de produção — a insistência em continuar tratando o ex-escravo como trabalhador “livre” ou assalariado desconsiderando que, embora tenha deixado de ser propriedade de um dono, o trabalhador fora liberado da senzala, mas apenas parcialmente — se assim podemos dizer —, pois, assim como antes, o mesmo continuou despojado dos meios de produção, condição esta que determina em tudo a sua existência.

17. Sem levar em conta o fato — por ele mesmo citado — de que as terras onde se concentravam esses contingentes de escravos estavam desgastadas, o que, por conseguinte, diminuía a pressão imediata da classe dominante sobre a terra tendo em vista a inviabilidade de se expandir a produção em terras como estas, assim como a situação no mercado mundial desse artigo, o autor desconsidera ainda que a questão da exploração do homem pelo homem, como já afirmamos, não se equaciona com o mero incremento da renda; para auferir este maior rendimento, o trabalhador pode inclusive até trabalhar mais (aumento da capacidade produtiva). Ainda que continue trabalhando o mesmo, o que vai determinar o grau de exploração de seu trabalho — que parece

não ser o centro das atenções de Furtado —, não é o valor monetário do seu salário, mas sim a quantidade de horas não pagas, ou excedentes de trabalho, que no caso do trabalho assalariado é fornecida ao empresário capitalista na forma de mais-valia. O irônico é que no próprio texto Furtado nos dá, por vias indiretas, um exemplo dessa situação, deixando a nu, inclusive, aspectos do seu “economicismo” (trato ideal da esfera econômica). Ao explorar os efeitos do aumento salarial dos antigos escravos a um patamar acima do das suas necessidades básicas, e ao verificar que os mesmos preferiam o ócio ao trabalho, isto é, só trabalhavam os dias suficientes para receber o equivalente monetário correspondente ao suprimento das suas necessidades, Furtado está nos dizendo, por outra via, é claro, que os ex-escravos eram avessos à mais-valia — pois ela significa exatamente isso, tempo de trabalho supérfluo, acima do das necessidades de cada trabalhador. Ainda que se possa discutir o nível dessas necessidades dado às condições sub-humanas e embrutecedoras às quais estes trabalhadores estavam submetidos, o que importa destacar aqui é que esse caso nos ilustra claramente, por vias indiretas como é óbvio, a distinção em Marx entre trabalho necessário e mais-trabalho (*surplus labour*). Ao continuar analisando segundo a sua lupa as consequências dessa nova condição, Furtado vai dizer, de um ponto de vista ideal, que essa situação provocara uma diminuição na utilização dos fatores, bem como houvera “afrouxado” as normas do trabalho (a bem da verdade, no país havia um baixo desenvolvimento das forças produtivas, condição para produção abundante de riquezas e usufruto do tempo livre). Para uma vez mais registrar o economicismo imanente ao pensamento do autor, as normas de trabalho aqui parecem assumir a irreversibilidade das leis da

interno. Foi dessa forma, portanto, que, nos anos 1930, as atividades ligadas ao mercado interno tiveram um significativo aumento. Como as inversões na cultura cafeeira tornavam-se arriscadas, o capital que se formava nesse setor foi pouco a pouco sendo invertido nesse setor agora promissor.

[...] o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explicase, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mais (*sic*) ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação. (FURTADO, 1971, p. 198)

Mas havia o problema de que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes, com a depreciação do valor externo da moeda, tinham-se feitos mais caros. A solução veio, então, segundo Furtado, por meio de um melhor aproveitamento da capacidade já instalada no país, a exemplo da indústria têxtil, ou ainda importando equipamentos de segunda mão, conforme assinala o autor de *Formação Econômica do Brasil*:

Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente. Outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fortemente atingidos pela crise industrial. (FURTADO, 1971, p. 198-99)

As indústrias de bens de capital viriam a se instalar no Brasil como reflexo da expansão da produção para o mercado interno e da forte elevação dos preços de importação desses bens como decorrência da depreciação cambial. Entre 1929 e 1932, as importações de bens de capital se haviam reduzido a pouco mais da quinta parte.²¹

Em suma, seria a combinação desses fatores a causa da rápida ascensão da

produção industrial brasileira, que passaria a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda, dando início, assim, ao desenvolvimento das indústrias destinadas a substituir importações.

Conclusão

Vimos, ao longo do texto, como se deu o processo de formação do Estado brasileiro a partir da constituição econômica do Brasil. Os ciclos econômicos do açúcar, da produção aurífera, o advento do café e de outras culturas, estiveram na base da formação do país e guiaram a ocupação do seu espaço e a sua linha de desenvolvimento econômico. A Independência em 1822 e os efeitos dos acordos feitos pela antiga metrópole com a Inglaterra tiveram pesadas repercussões a partir da criação do Estado brasileiro. O governo central teve de cumprir acordos com o país pioneiro no processo de industrialização mundial, o que impactava no seu poder interventivo. Este, por outro lado, na área econômica, mais especificamente no período do café, teve como principal linha de atuação a desvalorização cambial com vistas a diminuir as perdas para os produtores de café com a diminuição do seu preço no mercado internacional, além dele mesmo comprar certos excedentes. Por sua vez, essa política, ao gerar o encarecimento dos produtos importados, iria acabar por obrigar a produção interna a se desenvolver, devido ao aumento da procura por produtos no mercado interno. Esse processo vai ser chamado por Furtado de “industrialização substitutiva de importações”.

§

física, como a gravidade, o que só demonstra, como vemos fazendo, o quão evadido de economicismo é o seu raciocínio ao tratar alguns dos problemas aos quais propõe resolver.

18. Segundo as informações de Furtado, 50% das importações brasileiras entre o final do século XIX e começo do passado eram constituídas por alimentos e tecidos — ver: FURTADO, 1971, p. 165.

19. Segundo Furtado, a política monetária levada a cabo pelo governo imperial nos anos 1880 se, por um lado, conduzia a um aumento da dívida externa, por outro mantinha o sistema econômico em permanente escassez de meios de pagamento. O sistema monetário mostrava-se inadequado a nova realidade brasileira, dado à adoção do trabalho assalariado em substituição ao escravo e à entrada no país de cerca de duzentos mil imigrantes. Como a base desse sistema era praticamente a emissão de moeda-papel para cobrir *déficits* do governo, deduz-se que a escassez monetária devia-se provavelmente ao fato de que as emissões eram feitas unicamente para cobrir o *déficit*.

20. Para fins de atestar o que dissemos acima sobre o economicismo imanente ao pensamento desse autor, observemos o trecho a seguir: “À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados [...] Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo” (FURTADO, 1971, p. 189).

21. As indústrias de bens de capital existentes no Brasil — como ferro e aço, cimento — pouco haviam sofrido com a crise e iriam recomençar a crescer já em 1931.

Referências bibliográficas

- COUTINHO, C. N. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.
- DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In: *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 17. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- LUKÁCS, G. La riproduzione. In: *Per una ontologia dell'essere sociale*, vol. II. Roma: Riuniti, 1981.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. Tomos I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. Crítica da filosofia do direito de Hegel — Introdução. In: MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. Proudhon. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família ou A crítica da crítica crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 34-67.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PAULANI, L. M. *A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia*. São Paulo: Saraiva, 2007.

Recebido em 22/04/2014
e aceito em 18/05/2014